

Gustavo Hildebrand Schmitt

**IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA: DESCONSTRUÇÃO OU
AFIRMAÇÃO NO SÉCULO XXI?**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de
graduação em Ciências sociais da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do Grau de bacharel
em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jacques Mick

Florianópolis

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schmitt, Gustavo Hildebrand Identidade nacional brasileira : desconstrução ou afirmação no século XXI? / Gustavo Hildebrand Schmitt ; orientador, Jacques Mick - Florianópolis, SC, 2016. 59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. identidade nacional. 3. Sociedade Brasileira de Sociologia. 4. Brasil. 5. Ciências sociais. I. Mick, Jacques. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Gustavo Hildebrand Schmitt

**IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA: DESCONSTRUÇÃO OU
AFIRMAÇÃO NO SÉCULO XXI?**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado(a) adequado(a) para obtenção do título de “bacharel em Ciências Sociais” e aprovad(o) em sua forma final pelo curso de graduação em ciências sociais.

Florianópolis, 29 de fevereiro de 2016

Prof. Paul Jean Loup Deturche, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Jacques Mick, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Amurabi Pereira de Oliveira, Dr.
Membro da banca
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Itamar Aguiar, Dr.
Membro da banca
Universidade Federal de Santa Catarina

Esse trabalho é dedicado ao poeta Vinicius de Moraes,
Pois me ensinou a ter orgulho das minhas raízes brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, queria agradecer a Lyane Aparecida Hildebrand por ter me ensinado o gosto pela leitura.

Ao meu irmão Vítor Hildebrand Schmitt pela ajuda e companhia.

Ao Eduardo Luiz Formagi, pela amizade e pelas boas sugestões à minha pesquisa.

Ao professor Jacques Mick, pela valorosa orientação.

Aos professores, Amurabi Pereira de Oliveira e Itamar Aguiar, pelas sugestões dadas na qualificação do projeto de pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa procurou discutir a identidade nacional brasileira desde os primeiros autores e a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil até estudos publicados nos últimos quinze anos. Foram analisados 73 artigos apresentados nos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia entre 2007 e 2011. Buscamos assim, compreender de que forma ocorre a construção e desconstrução da identidade nacional no Brasil do século XXI.

Palavras-Chave: identidade nacional, Sociedade Brasileira de Sociologia, Brasil, Ciências Sociais.

ABSTRACT

This research discusses the Brazilian national identity since the first authors and the institutionalization of Social Sciences in Brazil, until recent studies published over the last fifteen years. We analysed 73 articles presented in congress of Brazilian Sociology Society between 2007 and 2011. We seek, thus, comprehend how the construction and deconstruction of national identity occurs in twenty first's centuries Brazil.

Keywords: national identity, Brazilian Sociology Society, Brazil, Social Sciences.

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2. DESCONSTRUINDO A IDENTIDADE NACIONAL..... | 15 |
| 3. EXPANSÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E A SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA..... | 23 |
| 4. UM PANORAMA DAS NOVAS INTERPRETAÇÕES..... | 40 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 52 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 54 |

1. INTRODUÇÃO

Dentre as diversas áreas das Ciências Sociais, uma em específico procura compreender de forma aprofundada as narrativas e interpretações sobre o Brasil. Sobretudo, depois da Proclamação da República de 1889, ao longo dos séculos XIX e XX, as interpretações sobre o país cresceram, combinando saberes como Literatura, História e Ciências Sociais. Entre os muitos temas abordados pelos autores, está a noção de identidade nacional brasileira.

As motivações pessoais para escolha do tema ocorreram devido a uma experiência na disciplina Pensamento Social Brasileiro, onde realizei um artigo sobre A República Oligárquica (1894-1930) com a articulação de conceitos analíticos importantes de Raymundo Faoro. Ao final deste processo iniciou um desejo de estudar um tema importante desta área, porém no contexto mais recente da história republicana brasileira.

A pesquisa tem como objetivo verificar o que parte da área de Pensamento Social Brasileiro vem produzido a respeito da identidade nacional do Brasil, no início do século XXI. Schwarcz e Starling (2015), se dedicam a descrever importantes eventos do final dos anos 1990 até os dias atuais. Primeiramente, destacam a consolidação do regime democrático instaurado em 1985. Esta seria a principal conquista da República brasileira nas últimas décadas.

O Brasil abriu-se ao século XXI com uma grande certeza: a consolidação da democracia é o nosso maior legado para as próximas gerações. Mas não existe um regime político de democracia plena – ela é sempre um conceito que se movimenta constantemente e que permite ampliação, desenvolvimento (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 502).

Nos anos que se seguiram, importantes avanços ocorreram na economia, ampliação de direitos e de conquistas sociais. As autoras demarcam o sucesso no controle da inflação, a implementação do Plano Real e o início dos programas de distribuição de renda, na década de 1990, por meio do Bolsa Escola. O período foi marcado também por programas voltados à diminuição do analfabetismo e para capacitação profissional.

Com o início dos anos 2000, se inicia uma fase de ampliação democrática. Schwarcz e Starling (2015) ressaltam o combate à miséria, à redução da pobreza, diminuição da desigualdade social, a política de ações afirmativas e a criação do

Programa Bolsa Família, como importantes esforços por parte dos governos em combater as principais mazelas sociais.

No âmbito da administração pública, destacam-se os avanços no combate à corrupção, tanto na esfera pública como na privada, e a atuação e o fortalecimento de algumas importantes instituições como Ministério Público, Tribunais de Contas, entre outros.

As manifestações de junho de 2013, também foram destaque no capítulo final de “Brasil: Uma Biografia”. Ninguém poderia imaginar a grande explosão social que o protesto contra as tarifas de ônibus em São Paulo poderia causar. Milhares de pessoas foram às ruas das maiores cidades do País e imbuídas de grande sentimento de insatisfação e frustração com o poder público. Desejo por mudanças e pauta bastante diversa e difusa chamaram a atenção, sem falar nas redes sociais como importante elemento de convocação às manifestações.

Revelaram o descompasso entre o governo, o sistema político e as ruas, exigiram o avanço de políticas sociais especialmente nas áreas de educação e saúde, melhorias nos serviços básicos, denunciaram de forma muito ruidosa a corrupção presente na máquina do Estado, e confirmaram o espaço público como o lugar privilegiado de participação direta do cidadão. (SCHWARCZ ; STARLING, 2015, p. 506).

Ao final, afirmam que a breve análise histórica que realizaram sobre as duas últimas décadas é passível de críticas e interpretações tanto nas escolhas dos temas centrais, como de seu texto. Para elas, os primeiros anos do século XXI, são apenas um capítulo no difícil exercício de ampliação da cidadania e combate à desigualdade social. Além dos questionamentos das autoras, a identidade nacional foi discutida em matérias de jornais e revistas no mesmo período.

Safatle (2014) recupera essa discussão em meio ao contexto das últimas eleições presidenciais na forma como a noção de “união nacional” foi articulada após o fechamento das urnas em outubro de 2014. Para ele essa noção de “união” já havia sido fragilizada com as manifestações de rua no ano anterior e ressalva que uma tentativa de “conciliação” da sociedade brasileira, a poucas horas do fim da votação, seria uma tentativa de se mascarar desigualdades sociais e diferentes posicionamentos políticos; conclui que esse “povo brasileiro” presente em discursos em tempos de eleições na verdade não existe.

Além dessa coluna de jornal, a temática identidade nacional também se fez presente em outra publicação de mesmo período, Bartoletti (2014) também faz considerações que se aproximam do autor anterior e questiona a possibilidade de consenso em relação à identidade nacional num País marcado historicamente por desigualdades sociais.

O contexto das eleições foi propício para que o tema de identidade fosse questionado até mesmo em revistas e jornais, porém ele se fez presente em uma matéria publicada na BBC Brasil. Nela, Guimarães (2015) destaca uma pesquisa do projeto *The Americas and the World: Public Opinion and Foreign Policy* (As Américas e o Mundo: Opinião Pública e Política Externa), coordenado pelo Centro de Investigação e Docência em Economia (Cide) do México, em conjunto com universidades da região. Realizada em sete países latino-americanos (Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru), onde, além de questionamentos relacionados ao papel do país de cada entrevistado na política externa da região, foi também questionado como cada um dos participantes caracterizavam sua identidade.

Em uma das questões eles deveriam apontar as expressões e origens com os quais mais se identificavam. A principal resposta alcançada foi "brasileiro" (79%), seguida por "cidadão do mundo" (13%), "latino-americano" (4%) e "sul-americano" (1%). O resultado surpreende, pois o Brasil foi o único dos 7 países a colocar o adjetivo pátrio entre as três principais opções do questionário. Nos outros 6 países a opção "latino-americano" postulou na primeira posição. Os principais motivos disto estão destacados na matéria – desde a diferença da língua, sendo o espanhol compartilhado pela grande maioria dos países da região, até questões históricas, como diferenças na colonização dos países e maneira como cada um dele construiu sua identidade. Contudo, o que chama a atenção é a maneira como a identidade nacional brasileira se sobrepõe nessa pesquisa em relação às outras formas de identificação.

Para refletir sobre a atualidade do conceito de identidade nacional, este trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro será destinado a uma revisão bibliográfica do tema, bem como a sua desnaturalização a partir dos autores selecionados. A segunda parte discutirá algumas mudanças que ocorreram nas Ciências Sociais nas últimas décadas, em específico a expansão da área de Pensamento Social no Brasil a partir dos anos 1980. Posteriormente, por meio dos anais dos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia, ocorrerá uma análise e classificação dos papers apresentados - em parte dos grupos de trabalho - nas edições de 2007 a 2011. O intuito é verificar o que de recente vem sendo debatido nos eventos dessa e disponibilizado no site dessa

instituição. Através dessa consulta, será possível verificar as temáticas mais recorrentes, os autores mais abordados, bem como possíveis relações com o tema “identidade nacional brasileira”. O último capítulo traz uma problematização de parte desse panorama do Pensamento Social no Brasil, através de artigos, publicações e recentes estudos que visam debater esse ramo da sociologia brasileira, que de acordo com Nobre (2014) é um dos responsáveis por “pensar o País”.

2. DESCONSTRUINDO A IDENTIDADE NACIONAL

A identidade nacional é fruto de uma longa produção teórica na área das Ciências Sociais; parte das discussões serão retomadas nesse capítulo tendo em vista a centralidade desse conceito para a pesquisa. Iniciar o estudo a respeito desse assunto, a premissa é a sua desnaturalização, ou seja, não tomá-la como algo natural, inerente à nossa existência. De que maneira estas identidades são construídas? Quais são os elementos chave para o seu entendimento?

Stuart Hall, em seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade”, introduz aspectos bastante relevantes na discussão sobre o tema. O primeiro ponto importante, segundo o autor, seria compreender que ninguém nasce brasileiro (ou de outra nacionalidade). A identidade nacional é fruto de produções de discursos, ideias, experiências e modelos culturais. “As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades” (HALL, 2005, p. 51).

A forma como essas identidades são feitas e os elementos-chave para essa construção simbólica também estão presentes em Hall (2005). Para o autor, existem pontos fundamentais para a compreensão de como uma identidade nacional pode ser “forjada”. Ela necessita, antes de mais nada, de narrativas históricas, produções literárias, promovidas nos meios de comunicação, entre outros. São responsáveis por criar imagens, símbolos, discursos que ajudam a dar significado às nossas vidas e nos aproximariam dessa “dimensão nacional”.

Além disso, outro fator importante é a ideia de tradição, que nos remontaria às origens e seria capaz de criar uma ideia de continuidade, ou seja, ao nascermos, os discursos e símbolos a respeito da “identidade nacional brasileira” já existiam e continuarão a existir. Sobre o termo em específico, o autor o denomina “tradição inventada”. “Tradição inventada significa um conjunto de práticas..., de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico” (HALL, 2005, p. 54). A invenção da tradição pode, muitas vezes, estar ancorada no mito fundacional. Ele seria uma história compartilhada, responsável por localizar o “nascimento” daquela nação, o ponto de partida de referência e baliza para toda a elaboração simbólica.

A criação de símbolos, imagens, discursos aliados à noção de tradição fazem com que a ideia de continuidade e compartilhamento dessas narrativas acabe por criar

uma “unidade nacional”. Independente das diferenças que possam existir entre os membros de uma nação, a busca é pela unificação. “Uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2005, p. 59).

Benedict Anderson, em “Comunidades Imaginadas”, traz noções-chave para o aprofundamento na discussão do tema desta pesquisa. Primeiramente, o autor introduz a concepção de nação como comunidade imaginada, ou seja, é necessário todo um processo de criação de imagens e símbolos, aspectos também presentes em Hall, para que uma ideia de nação atinja o imaginário das pessoas. Por isto, para Anderson, qualquer nação é imaginada e possui em alguma medida três importantes particularidades: são limitadas, soberanas e imaginadas como comunidades.

As nações para Anderson (2008) são limitadas porque até mesmo as maiores e mais populosas nações do planeta têm fronteiras, ainda que possuam alguma elasticidade. São também soberanas porque, para se legitimarem e garantirem a sua liberdade, passaram a manter um domínio sobre um determinado território.

Ao mesmo tempo, são vislumbradas como comunidades: por mais que no seu interior exista uma série de desigualdades sociais, ainda é compreendida sob a noção de fraternidade, criando um sentido de “nós” entre as pessoas que compartilham dessa imaginação. Para finalizar, Anderson trabalha no final do livro com a importância da memória e do esquecimento no fortalecimento da criação de uma identidade, por meio de construções narrativas que trabalham com o passado e presente, noção também compartilhada em Hall.

Para um entendimento mais profundo a respeito destes questionamentos, além das obras de Hall e Anderson, seria importante problematizar ideias centrais, como Estado e nação. Pena (2013) esclarece que por Estado entende-se a unidade administrativa de um determinado território, possuidor de toda uma burocracia que através de instituições públicas, gere, representa e trabalha em prol da população que habita esta localidade, sendo o governo uma das esferas administrativas que o compõem. Nação, por outro lado, seria um conceito ligado a uma construção narrativa acerca da identidade, cultura e produção histórica compartilhadas por parte significativa dessa população.

Tais produções podem ser feitas das mais diversas maneiras: por meio de histórias que discorrem sobre a nação, imagens construídas a respeito do passado e presente, também por símbolos e representações compartilhados pelas pessoas e por

uma invenção de uma suposta tradição que em muitos casos é dita como antiga e que simboliza boa parte da cultura e identidade daquele país.

O uso de imagens, simbologias e narrativas sobre a nação, presente nos parágrafos precedentes, pode ser percebido na obra “A formação das Almas”. Carvalho (1998) destaca a importância do “arsenal simbólico” criado a partir do movimento de Proclamação da República, que buscava um novo significado de nação com o fim do Império. E observa o embate na escolha e consolidação de dois símbolos centrais: a bandeira e o hino nacional. “A batalha em torno da simbologia republicana deu-se também em relação à bandeira e ao hino. Não podia ser de outra maneira, de vez que são esses tradicionalmente os símbolos nacionais mais evidentes, de uso quase obrigatório” (CARVALHO, 1998, p. 109).

O autor estuda os conflitos que cercaram a consolidação desses dois símbolos. No caso da bandeira, a consolidação foi do grupo positivista, cristalizado nos dizeres “Ordem e Progresso”; já no caso do hino, houve a permanência da composição que remontava aos tempos do Império, por esse motivo o hino não foi alterado. Estes são dois exemplos de que a emergência do regime republicano necessitava de um novo imaginário, uma nova concepção de “identidade nacional brasileira”.

Além dos questionamentos anteriores, Stuart Hall descreve a importância de se debater a ideia de identidade nacional como algo coeso e unificado. Seria a identidade nacional capaz de subordinar as culturas locais em prol de uma identidade que representaria uma unificação?

Hall (2005) argumenta que a tentativa de unificação de diferentes culturas e identidades dentro de um mesmo país se dá por meio de conquistas e conflitos violentos. Assim como estas diferenças internas, outro fator tem um papel importante nessas discussões: as nações são compostas de diferentes classes sociais, grupos de gênero e étnicos. Estes produzem também determinadas narrativas e símbolos, com os quais se identificam. Isso nos dá a noção de uma identidade nacional não como algo coeso, indivisível: apesar de existir esta representação nacional, as diferenças (culturais, étnicas, de gênero, entre outras) intrínsecas à sociedade não desaparecem.

Como vimos, a identidade nacional é fruto de uma série de produções simbólicas, aliadas à noção de tradição, que são compartilhadas por uma nação. Os conflitos não desaparecem, ou seja, diferentes grupos e classes também produzem suas narrativas e simbologias que são compartilhados pelas pessoas. Como ocorrem as disputas por classificações de identidade dentro da área científica? E qual o lugar das interpretações do País nas discussões de identidade nacional brasileira?

Pierre Bourdieu, em “O poder simbólico”, se dedica, em um dos capítulos, a trabalhar com as noções de região e identidade como representação. O autor problematiza as construções simbólicas sobre identidades, as lutas por definições e classificações e a legitimação de uma visão, no meio científico.

Bourdieu (1989) afirma que os critérios para a definição das identidades, na verdade, são determinados por representações (língua, história, bandeira, hinos, entre outros) em que os agentes - interessados em sua definição - investem seus esforços, utilizam de estratégias e simbolismos para criarem um discurso sobre identificação que seja aceito e compartilhado pela maioria das pessoas. Contudo, esse processo de legitimação no meio científico ocorre por meio de disputas que visam impor uma interpretação de mundo.

Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo. (BOURDIEU, 1989, p. 113).

Para o autor, o efeito do discurso científico acaba por estabelecer critérios que são utilizados nas lutas simbólicas e produzem uma crença na unidade, podem criar uma identidade que seja oficialmente reconhecida e afirmada. Porém, esse processo de afirmação que a constitui, é antes de tudo uma afirmação pela diferença. “A existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença” (BOURDIEU, 1989, p. 129).

Essa distinção pode ser tanto no âmbito regional, como em relação a dois países e pressupõe todos esses conflitos, como aponta o autor francês. Bourdieu contribui na compreensão do tema desse capítulo, mostrando como a identidade nacional é construída, afirmada e compartilhada nos meios científicos. As definições identitárias pressupõem conflitos, criam novas visões de mundo e partilham algumas importantes noções apresentadas por Hall. De que forma isso é trabalhado pelos autores da sociologia brasileira? De que maneira as diferentes interpretações sobre o país auxiliam na discussão sobre identidade nacional?

Ortiz (2013) promove a retomada da questão nacional, que tem como finalidade demonstrar maneiras de se construir “retratos” e “imagens” sobre o Brasil. Esse retorno sobre o conceito de identidade ocorre pela junção de duas importantes noções: nação e cultura.

A nação, para o autor, seria uma construção histórica recente que se desenvolve sobretudo com o início do século XIX. “A nação é uma novidade histórica, para falarmos como Hobsbawn, pode-se dizer que o Estado é um feito da Antiguidade (não apenas greco-romana, também chinesa ou da Eurásia) mas o Estado-Nação é um instituição recente na história dos homens” (ORTIZ, 2013, p. 610). Nação estaria vinculada a uma produção narrativa sobre identidade, história e cultura que são reconhecida e partilhada por parte significativa dessa população. O Estado, em oposição, estaria vinculado a uma burocracia, unidade administrativa, instituições e circunscrita num determinado território.

Nesse sentido, para se compreender o fenômeno do Estado-nação, devemos caracterizar o que Renato Ortiz classifica como duas dimensões da nação, a política e a integradora. A primeira estaria ligada ao Estado-Nação e a forma como esta organização age no interior de uma comunidade. “A esfera política é essencial, o Estado-Nação configura um tipo de organização no interior do qual exprime uma comunidade de cidadãos, a ideia de cidadania é um dos elementos chaves na sua definição” (ORTIZ, 2013, p.610). Já a esfera integradora está presente na ideia de coesão da nação, pois é capaz de vincular as pessoas dentro de um mesmo território, sob as mesmas regras legítimas de um Estado.

Esta última característica, integração, seria para Ortiz um componente importante para se entender o vínculo entre cultura e questão nacional. A cultura, nesse sentido teria uma característica agregadora, pois até mesmo diante de diferenças regionais, geográficas, urbanas e sociais seria capaz de produzir interpretações e “retratos” sobre o Brasil.

Há portanto uma afinidade entre os conceitos de cultura e nação (o que não significa que sejam idênticos), eles recobrem uma realidade que pode ser apreendida através de uma perspectiva holística. O todo remete-se a uma cultura que pode ser representada através de um emblema, a identidade, ou melhor, como se dizia antes, o caráter nacional. (ORTIZ, 2013, p. 612).

Sobre a tradição brasileira de criar “imagens” e interpretações sobre o país, Ortiz reaviva algumas importantes discussões presentes desde o século XIX. Essas primeiras narrativas se aproximam de uma ideia de nacionalidade, e tinham como finalidade identificar virtudes e características de um determinado povo. Identidade nacional, nessas perspectivas, estaria presente em traços perceptíveis tanto na esfera individual, como na coletiva.

Toda cultura seria uma unidade, a diversidade cultural expressaria a singularidade de cada uma delas. Como as nações, elas possuiriam uma inteireza própria, podendo ser compreendidas através de um traço modal, expressão de sua identidade (ORTIZ, 2013, p. 621).

Esse esforço de tentar captar essa característica ou peculiaridade de um povo, se desenvolve principalmente com o culturalismo americano, de autores como Ruth Benedict. E influencia uma importante geração de pensadores brasileiros: um bom exemplo dessas “traços” seriam as concepções centrais de “homem cordial” e “espírito aventureiro” presentes em Sérgio Buarque de Holanda.

As interpretações sobre cultura e identidade nacional vistas anteriormente, passam a perder força a partir da segunda metade do século passado. Nesse momento, os autores passam a compreendê-la como uma representação e não mais como traços concretos que possam ser descobertos. "Importa entender como as representações simbólicas dessas nacionalidades são construídas ao longo da história, qual o papel que desempenham nas disputas políticas ou nas formas de distinção sobre o que seria o Outro." (ORTIZ, 2013, p. 622).

Nesse período, uma nova gama de representações sobre o país é criada, tendo como preocupação o diálogo com o outro, sendo ele estrangeiro ou alguma localidade dentro do Brasil. É nessa fricção entre nacional, local e estrangeiro que são criadas novas “faces” para a identidade nacional brasileira.

De que forma outros autores trabalham com estas questões? Para isto, farei uso a seguir de tópicos centrais de “O povo brasileiro”, de Darcy Ribeiro. O autor trata em seu livro dos brasileiros como formação de um povo. Entre as características centrais para sua compreensão, estariam as três matrizes de origem. A conjunção e mistura das origens portuguesa, africana e indígena seriam um dos fatores responsáveis por criar um “novo povo”.

A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um re-novo mutante, remarcado de características próprias (RIBEIRO, 2014, p. 18).

Essa miscelânea cultural seria um dos fatores de diferenciação do povo brasileiro, porém, além de compartilharem esse legado dos povos de origem, outras

particularidades se fazem presente no livro. Para Ribeiro (2014), no Brasil encontraríamos o que ele descreve como “povo-nação”, pois, apesar das diferenças de ordem regional (sertanejo, caipira, entre outros), a maioria absoluta da população compartilharia mais valores e símbolos comuns a todo o país do que as de ordem regional.

A língua portuguesa seria um bom exemplo: Por ser mais densamente compartilhada que em Portugal, participa de forma direta num corpo de tradições, símbolos que são identificados e compartilhados pelos brasileiros. “Mais que uma simples etnia, porém, o Brasil é uma etnia nacional, um povo-nação, assentado num território próprio e enquadrado dentro de um mesmo Estado para nele viver seu destino.” (RIBEIRO, 2014, p. 19).

Tudo o que foi apresentado anteriormente serve para criar uma dimensão agregadora, capaz de reproduzir uma unidade nacional. Contudo, não podemos ignorar as disparidades e contradições de ordem social, condições importantes na compreensão da identidade brasileira. “Subjacente à uniformidade cultural brasileira, esconde-se uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu” (RIBEIRO, 2014, p. 20).

Além desses aspectos gerais sobre o povo brasileiro, Ribeiro (2014) no capítulo “Os brasileiros”, evidencia algumas noções ligadas à identidade nacional. Entre elas, seria apreender que ela nasce em oposição aos ancestrais europeus e aos povos indígenas mais antigos, na época da colonização. O fenômeno da mestiçagem foi determinante para que se criasse uma identidade nova.

Através dessas oposições e de um persistente esforço de elaboração da própria imagem e consciência como correspondentes a uma entidade étnico-cultural nova, é que surge, pouco a pouco e ganha corpo a brasilianidade (RIBEIRO, 2014, p. 115).

Nesse caso, a partir dessa oposição e de uma representação coletiva externa aos indivíduos, surgiram elementos para que as pessoas pudessem se identificar e assumir a qualidade de brasileiros. Como vimos em Hall (2005), essa construção simbólica é marcada por símbolos, idioma, narrativas ligas à história, que fazem com que a identidade nacional transcenda particularidades regionais, mas não as elimine. Com todas as condições citadas nas últimas seções teríamos para Darcy Ribeiro o “novo”. “É o surgimento do brasileiro, construído por si mesmo, já plenamente ciente de que era

uma gente nova e única, se não hostil pelo menos desfiada de todas as outras”
(RIBEIRO, 2014, p. 126).

3. EXPANSÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E A SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

No capítulo inicial discutimos diferentes perspectivas a respeito da identidade nacional, a forma como o conceito é alvo de disputas no meio acadêmico e a maneira como alguns autores da sociologia brasileira se referem ao tema. Nessa segunda parte, apresentarei uma bibliografia referente à tradição de interpretação sobre o País. Apesar de existirem importantes escritos sobre o Brasil no século XIX, é sobretudo com o início do século XX que a área toma corpo, muito impulsionada pela criação dos primeiros cursos de Ciências Sociais no País.

A valorização da história desses escritores, bem como a ampliação do número de pesquisas em Pensamento Social Brasileiro se deu principalmente a partir dos anos 1980. Além da revisão de uma bibliografia de autores da área nesse período, será feita a verificação e classificação dos materiais que foram apresentados nos congressos da SBS (entre os anos de 2007 a 2011). O intuito é compreender quais temas vinculados com “criação de imagens” sobre o Brasil são os mais recorrentes, indicar os autores por vezes mais citados e também os pesquisadores que com mais assiduidade apresentam seus papers.

O desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil se inicia com maior ênfase nos anos 1930. Nessa década é que os primeiros cursos são fundados em São Paulo e Rio de Janeiro. Temos a criação da Universidade de São Paulo e novas coleções de livros sobre a interpretação do País são publicados. Ao longo da década de 1950 tivemos outro período frutífero nessa área.

Quando a Sociologia brasileira apresenta os seus primeiros resultados mais significativos em termos de produção de conhecimento, que a tradição intelectual nacional ganhou o interesse público dos cientistas profissionais (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 479).

Estudos que tiveram bastante destaque nessa época foram os de pesquisadores como Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Alberto Guerreiro Ramos, entre outros. Nos anos 1950 uma grande quantidade de novos estudos sobre o Brasil foi criada, os quais tratavam principalmente de temas como modernização, identidade nacional e sobre construções simbólicas acerca do brasileiro. Essa redefinição da Sociologia, para Bastos e Botelho (2010), modificou a forma como os primeiros ensaios pré-institucionalização eram utilizados e reconhecidos. A partir

desse momento teríamos uma cisão entre autores que reconheciam a importância dos ensaios dos anos 1920 a 1940 e outros que consideravam os ensaios como um conhecimento “pré-científico” e desejam maior aproximação com a sociologia empirista.

Desenvolvida sobre influxo de vertentes sociológicas europeias e norte americanas, sobretudo estas, a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil consolidou um novo padrão cognitivo definido prioritariamente para a pesquisa empírica e monografia científica (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 481).

Os embates por redefinições de um modelo empirista, fortemente influenciados por escolas estrangeiras, e a linha de autores que procuravam compreender a realidade social, por meio de suas características e fazendo uso dos antigos ensaios, são bastante evidentes nesse período. Tanto que foram levados à discussão no primeiro congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (1954). Na ocasião, propostas para estudar a política nacional por meio das “ideias”, ensaios, e não por meio da sociologia empirista foram debatidas, assim como propostas de levar o ensino da Sociologia às escolas de nível médio.

Foi nessa mesma época a criação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), em 1955. Um importante órgão na promoção das Ciências Sociais e de pesquisas que se aproximavam do nacional-desenvolvimentismo e que contribuíram para novas compreensões sobre nação e identidade nacional. O Instituto contou com contribuições de autores como Nelson Werneck Sodré, Antônio Cândido, Wanderley Guilherme dos Santos, Cândido Mendes, Ignácio Rangel e Álvaro Vieira Pinto, Carlos Estevam Martins, Alberto Guerreiro Ramos, entre outros, e teve suas atividades encerradas em 1964.

Nas décadas de 1970 e 1980 uma nova configuração se apresenta. A consolidação científica das décadas anteriores acabou por promover, para Bastos e Botelho (2010), um maior “enfraquecimento” das interpretações dos sociólogos pioneiros. Os ensaios foram, por muitas vezes classificados como pertencentes ao um mesmo grupo. quando na verdade eram muito distintos em suas análises e temas.

O momento não foi apenas de oposição às interpretações clássicas, mas também ao nacional-desenvolvimentismo do período imediatamente anterior.

Mais do que entre os sociólogos profissionais pioneiros, porém, foi num momento posterior, já na década de 1970, que os ensaios e suas interpretações do Brasil, e, virtualmente, o pensamento social como um todo, acabaram por desqualificados como meras “ideologias”, postura especialmente marcante na análise de determinadas tradições intelectuais, como o chamado “pensamento conservador” da Primeira República ou o “nacional-desenvolvimentismo” dos anos 1950-1960 (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 481).

Não apenas rupturas com os modelos anteriormente citados fizeram parte dessa etapa. Temos como exemplo Carlos Guilherme Mota, que em 1977 propõe discutir a marginalização política das camadas populares do Brasil no contexto de forte repressão da Ditadura Militar. Wanderley Guilherme dos Santos teria sido outro autor do período, pois criticava a classificação de estudos sobre o país como pré-científicos (ênfase aos ensaios e estudos pioneiros) científicos (influenciados por novo modelo Sociologia empírica a partir dos anos 1950). Com a prolífera produção acadêmica nas décadas seguintes, foi nos anos 1980 que temáticas desse subcampo da sociologia brasileira se expandiram e passaram a estar sempre presentes em congressos de Sociologia e Ciência Política, tornando-se cada vez mais uma área multidisciplinar, como veremos nas seções seguintes.

Nas últimas três décadas (1985-2015) houve uma expansão do ensino superior em investimentos, criação de novos cursos, ampliações no número de pesquisas e isso também modificou os cursos de Ciências Humanas. “Nas ciências sociais, os dados que consegui colher foram de que, em 1978, havia 71 cursos (sensível queda em relação aos 83 existentes dois anos antes), e que atualmente há mais de 200, contando em separado as habilitações de licenciatura e bacharelado, presenciais e a distância” (MICK, 2013 p. 02). Os programas de pós-graduação também tiveram um aumento significativo, “São hoje 85 programas de pós-graduação filiados à Anpocs, 18 deles no estado de São Paulo” (MICK, 2013, p. 02). A expansão nas Ciências Sociais ocorreu principalmente nas últimas décadas do século XX. De que forma essa mudança impactou na maneira de interpretar o País?

Nobre (2014) argumenta que a problemática de se “pensar o País” é bastante antiga e anterior à ampliação do ensino universitários nos anos 1980. Tem como expoente o modelo nacional-desenvolvimentista, muito característico da primeira metade do século passado e que acabou por ser parte integrante do ensino superior. Naquele período as universidades contribuíram para construções a respeito da nação e identidade nacional, muitas vezes, dentro de parâmetros nacional-desenvolvimentistas,

vertente forte nos cursos de economia e ciências humanas. Não apenas isso, mas os ensaios “clássicos” no Pensamento Social ainda eram os principais estudos responsáveis por criar narrativas sobre o Brasil.

Com o desenvolvimento científico, muito marcado pela sociologia empírica dos anos seguintes, temos enfraquecimento dos estudos “clássicos” e também do modelo de nação. Para o autor, os momentos posteriores de abertura política, de ampliação do número de cursos universitários, maior especialização acadêmica dos profissionais possibilitaram estudos cada vez mais multidisciplinares responsáveis por “pensar o País”. Mas como retomar esse debate sobre o Brasil num contexto tão diferente dos anos 1950 e 1960?

Para Nobre, o novo cenário requer novas balizas que procurem compreender mais profundamente o atual momento político do Brasil, ainda pouco explorado pelo Pensamento Social Brasileiro, procurando evitar o distanciamento entre a produção acadêmica e os debates políticos atuais utilizando, em conjunto, cada vez mais estudos especializados. “Acredito que a arena de debate própria do ‘pensar o país’ pode ser retomada em novo patamar, com a vantagem de poder integrar agora o impressionante desenvolvimento dos conhecimentos disciplinares das últimas décadas” (NOBRE, 2014, p. 101).

Após discutir as principais transformações nas Ciências Sociais ao longo das décadas, nos cabe questionar o que tem sido produzido em parte dessa área nos últimos anos? E como isso pode ser relacionado com o tema da identidade nacional brasileira? Para isso, analisaremos parte da produção acadêmica levada aos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia, importante instituição de promoção do conhecimento e debate dessa área.

Antes de adentrarmos na pesquisa e seus desdobramentos, será apresentada parte da história dessa instituição. Fundada em 1937 como Sociedade Paulista de Sociologia foi em 1950 foi rebatizada como SBS e transformada numa sociedade científica com alcance nacional e internacional, procurando reunir pesquisadores de Ciências Sociais, Sociologia e outras. Teve seu primeiro congresso realizado em São Paulo em 1954 e desde 1987 vem realizando encontros regularmente a cada dois anos.

Mick (2013) procura analisar o papel do Pensamento Social Brasileiro e algumas transformações sociais que vem ocorrendo na conjuntura brasileira no início do século XXI. Faz uso de dados referentes ao intervalo de 2000 a 2012 com intuito de mapear os artigos apresentados nos grupos de trabalho “Pensamento Social no Brasil” em eventos da SBS e ANPOCS, assim como parte do perfil destes pesquisadores.

Ao todo foram averiguados por ele 118 papers na SBS e 106 na ANPOCS, num universo de 155 pesquisadores diferentes (69 do sexo feminino), caracterizando um grande número de autores que apresentaram apenas um artigo ao longo do período observado. Além disto, existe também uma concentração da produção teórica. "Um grupo pequeno, de seis autores, é o mais prolífico; eles apresentaram 32 artigos, 14% do total." (MICK, 2013, p.03).

Ademais, 72% do material analisado tem sua origem na região Sudeste (maior predominância do Estado de São Paulo), razão pela qual o autor questiona o termo Pensamento Social no Brasil: afinal, que Brasil é este? Será que a maioria das narrativas e representações recentes sobre a “identidade brasileira”, não seriam na verdade parte de um “Pensamento Social Brasileiro do Sudeste”?

Sobre o conteúdo dos 224 papers analisados, os autores clássicos são o enfoque da grande maioria dos estudos realizados (como também foi verificado no levantamento realizado). A forma como o conteúdo dos textos é desenvolvido também possui uma forte regularidade, sendo a maioria delas exegeticas, nas quais procuram analisar o contexto do autor, e procuram detalhar interpretações a partir de uma obra ou conjunto de obras do autor. A partir desse estudo poderemos fazer estes e outros questionamentos, no levantamento a seguir.

Nossa pesquisa foi feita a partir de uma análise de artigos sobre identidade nacional no grupo de trabalho “Pensamento Social no Brasil” na SBS, entre os anos de 2007 e 2011, disponíveis no site da instituição. O período inicialmente visava incluir as edições de 2013 e 2015, mas as exposições não foram disponibilizadas no portal da instituição. Esse levantamento de dados poderia ser estendido à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e Associação Brasileira de Antropologia (ABA), para um maior aprofundamento com intuito de descobrir o que mais recente tem sido produzido em relação ao Pensamento Social Brasileiro. Já o grupo de trabalho foi escolhido por contribuir para o debate a respeito da identidade nacional. Ao todo, foram analisados 11 artigos (Quadro 1).

| Ano | Autor(A) | Instituição | Título |
|------|------------------------------------------|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2007 | Gisele Silva Araújo | PUC RJ | Particularismo e Universalismo: Alberto Torres, multiplicidades e patriotismo. |
| 2007 | Telmo Antônio Dinelli Estevinho | UFMT | As interfaces da Revolução Brasileira: o nacionalismo do ISEB e o pensamento cinematográfico |
| 2007 | Lucia Lippi Oliveira | CPDOC/FGV (SP) | A invenção do Nordeste e do nordestino |
| 2007 | Ronaldo Oliveira de Castro | UERJ | A areia e a rocha: Antônio Cândido diante de duas tradições do pensamento social brasileiro |
| 2009 | Maurício Maia Aguiar | UFT | Nação e subjetividade na recepção crítica das obras de Machado de Assis por seus contemporâneos |
| 2009 | Cepêda V.A.; Andrade T.N.; Deffacci F.A. | UFSCAR/ UNESP | Funções políticas da <i>intelligentsia</i> – desenvolvimento, democracia e projetos nacionais |
| 2009 | Francilene dos Santos Rodrigues | UFRR | A construção da nação e da identidade nacional no pensamento social brasileiro e venezuelano |
| 2011 | Vera Alves Cepêda | UFSCAR | O problema do moderno no pensamento de Roberto Simonsen: crítica ao liberalismo e a questão nacional. |
| 2011 | Ana Maria de Medeiros | UFSC | O pensamento social de Dias Gomes sob a perspectiva da História intelectual |
| 2011 | Christian Bruno Alves Salles | UERJ | O caos preclaro: identidade nacional e resistência simbólica na antropofagia oswaldiana |
| 2011 | Mariana Miggiolaro Chaguri | UNICAMP | Entre nação e região: produção, circulação e efeito político das ideias |

Fonte: www.sbs.org.br. Elaboração própria.

Quadro 1 – Textos sobre identidade nacional apresentados ao GT de pensamento social da SBS (2007-2011)

Para a classificação dos textos, seguiremos as quatro divisões propostas por Mick (2013). O primeiro conjunto de artigos são os exegeticos, os quais têm como foco de análise uma obra ou autores específicos. O segundo reunirá os estudos comparativos entre autores ou obras. O terceiro são os de análises diacrônicas, quando um tema é

abordado a partir das diferentes interpelações que recebeu ao longo do tempo. O quarto corresponde aos estudos que o autor nomeia como tópicos, em que um tema específico (delimitado a um período ou a um território, por exemplo) é analisado sob uma perspectiva teórica ou no confronto entre várias perspectivas. O intuito é verificar o que de mais recente vem sendo apresentado sobre identidade nacional nesses eventos, as temáticas mais recorrentes e também de que forma isso pode ser articulado com a noção de identidade nacional.

Dentre as características gerais das pesquisas, no congresso de 2007 foram apresentados 19 artigos no grupo de trabalho “Pensamento Social no Brasil”. Uma grande variedade de temas se fez presente, como modernização, autores “clássicos” da área e suas contribuições teóricas, discussões sobre a questão nacional, identidade nacional e regional, debates sobre nacionalismo e sobre tradições do Pensamento Social Brasileiro. Com predominância, em sua maioria, de abordagens sobre a primeira metade do século passado. Alberto Torres, Joaquim Nabuco, Oliveira Vianna, Octavio Ianni, Antônio Cândido foram os principais autores renomados que foram objeto das pesquisas.

Entre o material pesquisado, alguns fizeram referência à questão nacional, identidade e Estado Nação. “Particularismo e Universalismo: Alberto Torres, multiplicidades e Patriotismo”, “As Interfaces da Revolução Brasileira: o nacionalismo do ISEB e o pensamento cinematográfico” identidade conectada com o cinema. “A invenção do Nordeste e do nordestino” aborda a tensão entre nacional e regional e por fim “A areia e a rocha: Antônio Cândido diante de duas tradições do pensamento social brasileiro” recupera boa parte da discussão sobre Estado-Nação.

No primeiro artigo Araújo (2007) discute a questão nacional tanto durante o Império como na primeira fase republicana, que se entende até o ano de 1930. As “ilustrações” criadas nesse período trabalhavam com abordagens que davam ênfase à compreensão da geografia brasileira, questões raciais e culturais na tentativa de identificar traços característicos nas relações sociais aqui praticadas. O desafio era construir as bases para a república brasileira e um imaginário nacional num país marcado por diversidades regionais. Um dos escritores a trabalhar com o tema da diversidade foi Euclides da Cunha. Para a autora do artigo ele coloca em oposição o “litoral” - caracterizado por instituições e pensamento político que visava maior integração nacional – e o “sertão” - afastado do resto do país, com suas atividades fortemente ligadas à terra e contrários ao projeto de integrar as diferentes regiões da federação. Esse seria apenas um exemplo da geração de intérpretes do século XIX.

Extensão territorial imensa, múltiplas paisagens naturais condicionando a formação dos tipos humanos, vários tempos históricos e estágios evolutivos, diversas raças e culturas: eis a multiplicidade originária do Brasil, desvendada e exposta pela chamada “geração 1870”, que vai além da passagem do século (ARAÚJO, 2007, p. 03).

Diante disso, teríamos regiões com diferentes condicionamentos geográficos, culturais e em diferentes estágios de desenvolvimento. O conflito presente na obra “Os sertões” refletiria um impasse entre o moderno (proveniente do poder federal) e o arcaico (suas origens no campo e âmbito regional), sendo o último suplantado pelas tropas republicanas. Era como se articulavam parte das interpretações nesse período, explorando as diversidades regionais como forma de se questionar o Brasil como entidade jurídica, única e integrada.

O debate sobre a manutenção e criação de um sentimento nacional também se fez presente. A necessidade de criar vínculos de pertencimento entre a população era um enorme desafio há dois séculos, assim como fortalecer o papel do Estado e sua legitimação. Alberto Torres é o autor mais revisado na pesquisa em especial, no que tange o tema da identidade nacional.

Torres, influenciado por concepções liberais, defende que a integração nacional resultaria numa busca maior por igualdade, pelo fim de privilégios muito presentes em regimes monárquicos e a instauração de uma autoridade reconhecida e pautada por meio de leis. Nesse sentido, laços de reciprocidade e de interesses em comum poderiam ser criados entre os diferentes setores da sociedade. As diferenças regionais, de ordem étnica e cultural não desapareceriam. O que existira seria um sentimento de pertencimento nacional.

As dificuldades para se criar esse vínculo nacional poderiam ser desde o extenso território e população reduzida, até poucas associações na vida social, característica marcante em alguns países europeus marcados pelo grande número de cooperativas tanto no campo como na cidade. A busca por uma maior integração social perpassa toda obra de Alberto Torres pautada pelo respeito às leis, diferenças regionais e fortalecimento do pluralismo. Além disso defende na economia a utilização das diferentes aptidões profissionais como forma de maior promoção do trabalho. Sustenta também a importância das associações e cooperações no exercício de ampliação da integração nacional.

No artigo seguinte, Estevinho (2007) propõe analisar parte das discussões políticas dos 1950 e 1960 através da junção do pensamento cinematográfico e de estudos do ISEB. O *Cinema Novo* é objeto de pesquisa por se caracterizar como uma nova forma de fazer cinema no Brasil, pois aproximava essas produções de questões como subdesenvolvimento, desigualdade social e política como transformação social. Ao aproximarem a linguagem cinematográfica a estas questões sociais, os diretores Glauber Rocha, Ruy Guerra e Nelson Pereira dos Santos entre outros criaram novas definições acerca da identidade nacional.

As imagens deslocam-se então em busca de uma nacionalidade autêntica e os cineastas procuram um diálogo efetivo com o que entendiam ser o povo brasileiro, num cinema marcado profundamente por um senso de ética no trato desta identidade nacional ao mesmo tempo em que procuravam responder a questão do *atraso brasileiro* diante dos países desenvolvidos. (ESTEVINHO, 2007, p. 02).

O novo posicionamento desses cineastas em abordar temas ligados ao subdesenvolvimento e problemas sociais proporcionaram um importante diálogo com o nacional-desenvolvimentismo do ISEB. Um dos pontos de convergência entre eles é a noção de independência política do país, que ainda não havia vencido as barreiras de ordem econômica, ou seja, o Brasil ainda continuava dependente. No caso do pensamento cinematográfico se apresentava por meio de denúncias e críticas sociais nos filmes, no instituto por meio de novos estudos sobre a dependência econômica. A crítica ao imperialismo e os entraves ao desenvolvimento é outro tópico de proximidade, a defesa por uma nação autônoma capaz de gerir seus próprios negócios e decidir seus rumos é defendido tanto pelo pensamento cinematográfico como pela vertente do nacionalista.

Outro aspecto importante são as novas definições sobre identidade brasileira. Em Glauber Rocha temos a representação do regional ainda pouco explorado pelas câmeras. Um novo Brasil a ser descoberto longe dos grandes centros urbanos. As características apontadas são apenas algumas das proximidade entre esse movimento do cinema nacional e o ISEB. “O *Cinema Novo* recebeu diversas influências e mesmo considerando a ausência de menções diretas ao ISEB nos escritos de Glauber Rocha daquele período, é visível a convergência entre os cineastas e as teses nacionalistas dos anos 1950” (ESTEVINHO, 2007, p. 11).

Além dessa publicação, “A invenção do Nordeste e do nordestino” é um estudo sobre as origens do que conhecemos como Nordeste. O Estado Novo, com o projeto de delimitar o território nos anos 1930, divide o país em cinco macrorregiões: sul, sudeste, centro-oeste, norte e nordeste, e cria um importante órgão de pesquisa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para Oliveira (2007) teríamos uma delimitação do que seria a região nordestina, ainda muito marcada pelas imagens provenientes da seca, baixa população e pobreza, narrativas já presentes em Euclides da Cunha.

Os problemas sociais destacam-se com o movimento regionalista de 1926, onde nomes como Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e José Lins do Rego retrataram as diferenças entre o litoral produtor de cana de açúcar e o sertão nordestino. Além disso, retratos sobre o cangaço, disputas políticas entre diferentes famílias e o coronelismo também estiveram presentes nessas publicações. É nessa junção entre o pensamento literário e as Ciências Sociais que estaria a chave para a compreensão de diferentes perspectivas sobre o Nordeste.

Com o novo período democrático de 1945, e o projeto do Estado Novo de unificar o Brasil, superando assim o local ou regional foi pouco a pouco sendo deixado de lado. A ênfase no fortalecimento do povo e na ruptura com o passado da seca e miséria foram fazendo parte dessas novas interpretações. Na década de 1950 temos algumas propostas para superação do subdesenvolvimento da região: “O latifúndio de exportação e o abandono das populações interioranas precisavam ser vencidos e constituíram os temas centrais da luta de então (OLIVEIRA, 2007, p. 07).

A denúncia sobre a fome se fez presente em “Geopolítica da fome” de Josué de Castro, assim como a questão das terras ainda muito concentradas na mãos de poucos proprietários o que dificultava o desenvolvimento econômico e aumentava ainda mais as disparidades econômicas entre a população.

Na Parte final do texto, a autora ressalva a importância da promoção nas últimas décadas da cultura nordestina pelo país desde literatura de cordel, música e ritmos tradicionais aos movimentos musicais da Recife dos anos 1990, que acabaram por criar novas imagens sobre o Nordeste. O enfraquecimento de um discurso nacional coeso e centralizado da primeira metade do século passado possibilitou novas interpretações regionais. As antigas imagens sobre o sertão e miséria foram em grande medida superadas por novos movimentos na música, literatura e pesquisas na área de cultura popular, reinventando assim o Nordeste.

No último trabalho de 2007 que utiliza a noção de identidade nacional, o tema é discutido diante de autores “clássicos” responsáveis por criar retratos sobre o país. Dentre os autores, Antônio Cândido aparece como importante figura nas discussões tradição e continuidade. Em “A formação da literatura brasileira” ele trabalha com a ideia de tradição literária no Brasil. Seria a partir do século XVIII que teríamos um sistema literário capaz de vincular autor, leitor e a utilização de temas e imagens nas narrativas. Portanto, esse seria o exemplo de uma construção analítica baseada em estabilidade e continuidade. Nessa obra o autor se afastaria de uma ruptura do antigo ou tradicional, marca característica de autores dos anos 1920 e 1930 como Paulo Prado e Mário de Andrade.

Castro (2007) aponta que em outra publicação de Cândido a ideia de sistema literário e estabilidade é deixada de lado. Em “Dialética da malandragem” temos um ensaio sobre os personagens de “Um sargento de milícias” onde aparecem a ordem e desordem, a busca por prazer sem limites e a fuga da estética literária tradicional. Adiante, Cândido é revisitado sobre o tema da literatura e formação da nação. Nesse sentido, a literatura seria um importante veículo para aproximar a história, valores e de criar arquétipos e referências para novos retratos sobre o país.

Dos 30 trabalhos apresentados no congresso de 2009, tivemos como temáticas recorrentes a institucionalização da Sociologia, modernização, autoritarismo, literatura, identidade nacional e autores consagrados da área. Na grande maioria as abordagens textuais trabalharam entre os anos 1950 e 1980. Oliveira Vianna, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Florestan Fernandes são os mais citados. Dos papers que fazem referência à questão nacional e à identidade nacional, destaco: “Nação e subjetividade na recepção crítica das obras de Machado de Assis por seus contemporâneos”, “Funções políticas da *intelligentsia*- desenvolvimento, democracia e projetos nacionais” e “A construção da nação e da identidade nacional no pensamento social brasileiro e venezuelano”.

Sobre o conteúdo das pesquisas apresentadas nessa edição, Aguiar (2009) trabalha com as críticas de Silvio Romero e José Veríssimo a respeito da obra de Machado de Assis onde os embates, as classificações e disputas literárias se fazem presente. A ideia de nação aparece sucintamente nas discussões sobre a produção do autor, que apesar de construída há mais de cem anos, ainda reverbera em discussões sobre o país.

A segunda pesquisa do congresso de 2009 trabalha com a noção *intelligentsia*, que seria o conjunto de atores sociais responsáveis pela produção intelectual e pela

representação, por meio de símbolos, da sociedade. No caso brasileiro esse grupo difuso de intelectuais foi incumbido de discutir os temas norteadores da questão nacional, entre eles a modernização brasileira. Nas primeiras décadas do século passado temos a discussão sobre pobreza e subdesenvolvimento baseadas na grande diferença econômica entre os países ditos desenvolvidos e os subdesenvolvidos, este último como era classificado o Brasil.

São dessa fase os estudos de interpretação nacional ligados à nossa formação histórica, os quais propunham explicar as dimensões sociais, econômicas e culturais por meio dessas raízes do passado. Oliveira Vianna, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda seriam alguns desses intelectuais. Num segundo momento, duas décadas mais tarde, temos a mudança da postura dos intelectuais fortemente influenciados pelo nacional-desenvolvimentismo. Uma grande preocupação com a construção da nação e superação dos problemas causados pelo desenvolvimento tardio modifica os estudos de Ciências Sociais no Brasil.

Nos anos 1950 e 1960 os estudos são fortemente marcados por discussões de ordem econômica, subdesenvolvimento e pobreza como traço da modernidade tardia. Essa confluência na maioria das discussões intelectuais do período se dava em parte pela grande força das interpretações econômicas sobre questões sociais:

Exatamente essa percepção, o problema econômico como fundamento de todos os demais problemas nacionais, que permite que as correntes teóricas margeiem, sem muita possibilidade de afastamento, a tese central do *atraso brasileiro*. (ANDRADE; CÂPEDA; DEFFACCI, 2009, p. 12).

Ao final os atores tratam de algumas modificações nas produções sobre o país com o início da redemocratização de 1985. Nesse momento teríamos o esgotamento do modelo de desenvolvimento iniciado em 1964, assim como uma sofisticação na área tecnológica, o que favoreceu em grande medida as indústrias. Os autores criticam o forte poder de decisão estatal sobre os rumos do desenvolvimento, mas elogiam os avanços provenientes da nova constituição que descentralizou algumas decisões e deu voz a novos setores da sociedade. Nessa altura temos também a sofisticação das áreas de pesquisa e modificações nas universidades por conta do crescente desenvolvimento tecnológico.

Em “A construção da nação e da identidade nacional no pensamento social brasileiro e venezuelano”, Rodrigues (2009) procura de forma comparativa analisar a construção da nação no Brasil e Venezuela. Noções como heroísmo e expansão do

território foram importantes semelhanças nos primeiros séculos de formação desses países. A questão da mestiçagem se fez presente nas narrativas brasileiras, enquanto nas venezuelanas o conflito entre diferentes grupos por definições identitárias foi destaque no texto.

A temática da independência e modernização tiveram importância na interpretação dos dois países. No caso brasileiro, a autonomia política do país foi pautado pela ideia de transição e continuidade representadas pela figura de D. Pedro I. Na Venezuela, a ideia de ruptura foi fundamental para o estabelecimento de uma nação independente e republicana. Nas discussões sobre modernidade, ambos os pensamentos políticos vislumbravam a necessidade de superar antigos problemas sociais e de fortalecer as atividades econômicas.

Na edição de 2011, foi atingido um total de 24 artigos. Entre os temas de discussão mais presentes podemos destacar: Institucionalização das Ciências Sociais, Desenvolvimento, Era Vargas, Literatura, pesquisas envolvendo Sociologia e Saúde e a respeito do ISEB e os sempre presentes “clássicos” do Pensamento Social no Brasil. Os períodos mais abordados foram os da primeira metade do século XX até os anos 1970. Gilberto Freyre, Alberto Guerreiro Ramos, Maria Isaura de Queiroz, Nina Rodrigues, Florestan Fernandes e Joaquim Nabuco foram os mais referenciados.

Dos estudos que abordam a questão nacional e identidade nacional, ficam em evidência: “O problema do moderno no pensamento de Roberto Simonsen: crítica ao liberalismo e a questão nacional”, “Pensamento Social de Dias Gomes sobre a perspectiva da História Intelectual”, por aproximar identidade e cultura popular, “O caos preclaro: identidade nacional e resistência simbólica na antropofagia oswaldiana”, “Entre a nação e a região: produção, circulação e efeito político das ideias”.

Na primeira pesquisa de 2011 temos a retomada das discussões sobre questão nacional, dentro das temáticas: modernização, desenvolvimento e o nacional-desenvolvimentismo presentes na segunda metade do século XX. Cepêda (2011), coautora do artigo a respeito da *intelligentsia* no congresso de 2009, revisita algumas das problemáticas do primeiro estudo.

A busca pela diminuição da dependência econômica aliado ao desenvolvimento pautado pela industrialização é uma das temáticas centrais. Assim como as discussões sobre nação nos anos 1950 e 1960 que entendiam que a superação do atraso econômico e subdesenvolvimento eram fundamentais para o fortalecimento do país. Além de órgãos como ISEB, o autor Roberto Simonsen é utilizado nas contestações sobre os temas anteriormente mencionados.

A temática cultura popular e pensamento social novamente são exploradas no segundo *paper*. Nesse mesmo grupo de trabalho em 2007, o pensamento cinematográfico e as concepções de nação presentes nas teorias do ISEB foram densamente exploradas. Medeiros (2011) propõe explorar a contribuição das obras de Dias Gomes a partir de novas concepções sobre identidade nacional. A busca por afirmação da nação e do povo brasileiro estiveram presentes em boa parte da produção cultural dos 1950 e 1960, em produções artísticas que procuravam maior aproximação do povo, da cultura e de questões como subdesenvolvimento e pobreza. A literatura de Dias Gomes seria portanto uma contribuição para essas novas representações sobre a identidade nacional.

No terceiro *paper* desse ano, Salles (2011) apresenta relação entre modernidade e contribuições artísticas do autor Oswald de Andrade. No Brasil dos anos 1920 a 1940 se iniciam fortes questionamentos no meio artístico a respeito da identidade nacional. Novas imagens sobre o país são criadas, bem como uma busca por elementos originais que afirmariam nossa cultura dentro da civilização ocidental.

Dentre os elementos da movimento antropofágico se destacam a valorização da cultura indígena, a desconstrução da linguagem formal, e valorização da vegetação e das matas nesse processo narrativo. Em alguma medida era o fortalecimento do “primitivo” traço exclusivo para a compreensão de nossa identidade pautado em grande medida nessa origem indígena.

Trata-se de ressignificar o nacional e as categorias tornadas suas componentes primordiais: o primitivo, o outro, o moderno. A nação não é essencializada, mas tornada uma construção histórica produto de uma confluência de experiências e tradições conformadas de um lugar de descontinuidade e indefinição (SALLES, 2011, p. 15).

Diante dessas novas propostas, teríamos uma a desconstrução das narrativas anteriores e a afirmação de uma nova identidade nacional.

No último texto, Chaguri (2011) discute as noções de nação e região. Momento no qual a história, sociologia e demais artes passam a deslocar suas atenções ao local, transformando o tema de região num componente do discurso nacional. Utiliza como referência as interpretações produzidas nos anos 1920 por Gilberto Freyre sobre Pernambuco e no Rio Grande do Sul, por meio dos intelectuais de “Província de São Pedro” importante publicação dos anos 1940 e 1950. Em ambos os casos existe uma

construção de identidade regional baseada na história, tradições culturais e episódios de conflito com o poder central. Tanto no Império como nos primeiros anos de República.

Além dos aspectos gerais apresentados anteriormente, os 73 artigos do grupo de trabalho foram devidamente classificados de acordo com o modelo de Mick (2013). Os resultados obtidos foram de 24 artigos exegeticos (32,8%); em seguida, os estudos tópicos atingiram 23 publicações (31,5%); 16 são análises diacrônicas (21,9%); 10 são estudos comparativos (13,6%). Isso evidencia que estudos sobre uma obra ou autores específicos (exegeticos), bem como os de tema específico delimitado por um período e analisado por uma ou mais perspectivas (tópicos) corresponderam a dois terços dos textos analisados.

Houve uma predominância de releituras de obras já consagradas, retorno a temáticas dos anos 1950 a 1970, diálogos com a literatura popular, sem falar na grande quantidade de autores “clássicos” do Pensamento Social no Brasil que foram revisitados pelos pesquisadores. Tivemos um bom número de 11 estudos (15,06%) que abordaram a questão nacional ou identidade nacional, com ênfase às discussões sobre nação e nacional-desenvolvimentismo, tema da segunda metade do século passado que foi densamente explorado. Outra curiosidade foi a predominância de pesquisas vinculadas às universidades do Sudeste: 7 dos 11 estudos (63,6%) eram de pesquisadores dessa região, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foram as que mais vezes apareceram nos estudos. Portanto a partir desse material, podemos inferir que o pensamento social brasileiro é construído no Sudeste, como também problematiza Mick (2013).

Como vimos nos parágrafos precedentes, algumas temáticas têm sido mais recorrentes nos congressos dessas duas instituições. Em especial, os estudos sobre os autores clássicos de Pensamento Social no Brasil correspondem à maior parte do que foi apresentado nestes eventos, porém não são algo exclusivo dessas duas instituições. Bastos e Botelho (2010) discutem, entre diversos assuntos, a predominância de pesquisas sobre estes autores, sua influência e importância em interpretações sobre a nação.

Um dos vezos mais importantes com base no qual o pensamento social vem se consolidando de fato são as pesquisas sobre os ensaios clássicos de interpretação do Brasil, bem como aquelas a respeito da produção da Sociologia acadêmica, especialmente a dos sociólogos profissionais pioneiros, numa palavra, sobre os nossos “clássicos”. (BASTOS; BOTELHO, 2010, p.476).

Os dois autores defendem a relevância e constante contribuição das interpretações clássicas para as formulações de novos estudos contemporâneos sobre o Brasil. Tanto a pesquisa sociológica como esses ensaios contribuiriam para um aprofundamento acerca da história das Ciências Sociais e do pensamento social no País. Os “intérpretes” do passado seriam importantes para o presente, pois os atuais desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira estão, muitas vezes, relacionados com a forma como compreendemos nossa história.

As relações sociais e políticas com as quais nos deparamos atualmente fariam com que revistássemos as interpretações feitas no passado e a partir delas construiríamos novas proposições. Desse modo, mesmo com os avanços das Ciências Sociais, ainda muitos dos questionamentos do passado continuam atuais e passíveis de novas representações. Tendo em vista que a academia seria para Bastos e Botelho um espaço social de comunicação entre passado e presente como forma de compreendermos a atualidade do nosso tempo.

O pensamento social brasileiro pode representar uma espécie de repertório interpretativo a que os pesquisadores podem recorrer para buscar motivação e ganhar perspectiva – tanto em termos históricos como teóricos – nas diferentes áreas que compõem as Ciências Sociais contemporâneas. (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 494).

Cardoso (2013) corrobora as noções descritas anteriormente e também acredita que para uma nova “invenção” sobre o Brasil, deve-se aprofundar e reinterpretar os intelectuais que contribuíram para essa tradição na sociologia brasileira. “É preciso inventar outro futuro para o Brasil que, sem negar a importância das temáticas do passado e os feitos concretos que delas resultaram, nem a identidade nacional que eles produziram.” (CARDOSO, 2013, p. 14).

Botelho (2010), compartilha a opinião dos autores precedentes, de que as interpretações do passado são fundamentais para a atualidade da Sociologia brasileira. As publicações dos autores “pioneiros” publicadas entre os anos 1920 a 1940, seriam relevantes referências para que novas narrativas capazes de “inventar” o Brasil fossem criadas na contemporaneidade.

Destaca também as contribuições de Oliveira Vianna, Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Mario de Andrade, Paulo Prado e Caio Prado Jr. Além disso, critica a tentativa de enquadrá-los, como se todos os seus textos fossem pertencentes a um único grupo, os

ditos ensaios. Apesar de abordarem temáticas parecidas - como identidade, cultura, modernização - cada qual faz uso de próprias categorias e podendo por vezes se opor aos demais autores. A identidade nacional é um dos temas que perpassam todo esse período. Essas narrativas do passado contribuiriam com novas interpretações sobre o tópico no futuro. Uma das inovações de parte dos autores referenciados estaria na capacidade de explorarem a diversidade regional nos seus “retratos” sobre o País. Por fim, ressalva a importância dessa produção ao Pensamento Social Brasileiro.

As interpretações existem e são relidas no presente, não como supostas sobrevivências do passado, mas orientando as escolhas das pessoas e imprimindo sentido às suas experiências coletivas. Elas constituem um espaço social de comunicação entre diferentes momentos da sociedade, entre seu *passado e futuro* (BOTELHO, 2010, p. 64).

Schwarcz e Starling (2015) indicam que, além dessa tradição da Sociologia brasileira em estudar a questão nacional, como vimos anteriormente, a História traz importantes contribuições para o tema. O sentimento de fazer parte de uma “comunidade imaginada” perpassa parte significativa da história do Brasil. E aprofunda-se ao longo do século XIX.

Desde que o “Brasil” é Brasil, desde que inventou para si um sentido próprio e autônomo como nação, a história do país vem se afirmando, também, como uma longa narrativa de lutas, violência, reivindicação de autonomia e igualdade, busca por direitos e construção de cidadania (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 499).

Essa junção de Ciências Sociais com História – e outras áreas como literatura – também foi característica marcante do grupo de trabalho nos eventos da SBS. Tanto na pesquisa como no artigo do professor, foi possível notar que a grande maioria das narrativas, imagens e representações recentes sobre uma suposta identidade nacional e aspectos sociopolíticos sobre o País estão voltados muito mais para o passado do que para o presente. Ou seja, ainda este campo é profundamente influenciado por um número de importantes autores do século XIX e principalmente do século XX.

Como podemos trabalhar com área de Pensamento Social no Brasil e questão da identidade nacional no século XXI? É o que veremos no capítulo seguinte.

4. UM PANORAMA DAS NOVAS INTERPRETAÇÕES

Nesse capítulo, trataremos de “retratos” sobre o Brasil com auxílio de recentes publicações da última década. Para isso, na primeira parte do texto ocorrerá a retomada de contribuições de alguns autores mencionados no capítulo anterior, em especial suas propostas para novas narrativas sobre o País na atualidade, assim como a temática de identidade nacional.

As discussões entre diferentes autores sobre o papel dos “clássicos” no atual contexto do Pensamento Social Brasileiro também são parte dessa contextualização. Com intuito de adentrarmos o século XXI, trabalharemos com recentes publicações de autores da Sociologia Brasileira. Analisaremos suas contribuições para a redefinição da identidade nacional brasileira e particularidades em suas obras sobre o atual momento da sócio-político do País. Os onze artigos dos congressos da SBS que abordam de maneira central a questão nacional também serão retomados nesse capítulo, para responder: De que maneira essa área responsável em “pensar o Brasil” traz novas contribuições para o nosso tempo? Além disso, algumas publicações recentes e ainda não mencionadas na pesquisa serão utilizadas para um maior aprofundamento do panorama do Pensamento Social Brasileiro no início desse século.

O primeiro autor a dar importantes contribuições para os questionamentos desse último capítulo é Marcos Nobre. Nobre (2014) discute a expansão das Ciências Sociais, assim como as transformações nas universidades brasileiras. Tais transformações no meio acadêmico propiciaram estudos cada vez mais multidisciplinares sobre “Pensar o País”. Um exemplo disso são os dados coletados dos três congressos da SBS, pois os estudos envolvendo Ciências Sociais, Literatura, História e outras áreas do saber foram bastante recorrentes no período analisado. Para o autor, o atual momento requer novas demarcações que procurem compreender mais profundamente o atual cenário político do Brasil. Evitar a grande distância entre as produções acadêmicas e os debates políticos da atualidade, seria uma alternativa relevante. Porém, Nobre dá ênfase aos avanços dos conhecimentos disciplinares que, se integrados, poderiam fomentar uma nova e diversificada arena para se “pensar o País”.

Nos artigos da SBS foi possível perceber esses estudos cada vez mais interdisciplinares, Estevinho (2007) tem como proposta analisar o contexto do nacional-desenvolvimentismo das décadas 1950 e 1960 através do pensamento cinematográfico. Cineastas como Glauber Rocha, Ruy Guerra e Nelson Pereira dos Santos são utilizados como referência no Cinema Novo, que procurou redefinir o conceito de identidade

nacional discutindo problemas sociais, subdesenvolvimento e se aproximando da cultura popular.

Entre esses estudos destacam-se os envolvendo literatura e pensamento social, Salles (2011) explora a relação entre as discussões sobre modernidade e as transformações na área artísticas dos anos 1920. Oswald de Andrade por meio do movimento antropofágico teria contribuído para uma redefinição das imagens sobre o Brasil. A criação de uma origem “primitiva”, próxima da cultura indígena, valorizando as matas, línguas anteriores a colonização portuguesa, teriam sido uma forma de modificar a cultura dando um novo sentido à questão nacional.

Além desses questionamentos, foi possível notar o grande número de pesquisas sobre os autores clássicos nos eventos da SBS. Entre os exemplos, Araújo (2007) destaca a discussão acerca de integração nacional e identidade nacional de acordo com Alberto Torres. Castro (2007) discute parte das publicações de Antônio Cândido dentro das narrativas sobre pensamento social, temos também, Andrade; Cepêda; Deffacci (2009) que revisitam os debates a respeito dos temas modernização e atraso econômico. Para isso problematizam conceitos centrais em Oliveira Vianna, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda.

Bastos e Botelho (2010), defendem a contribuição dessas interpretações clássicas sobre a nação. Para eles, tanto os ensaios como as demais pesquisas de Sociologia contribuiriam para o Pensamento Social Brasileiro. Esse grupo de autores seria importante para o presente pois, diante das dificuldades que enfrentamos atualmente na sociedade, estes seriam um notável “arcabouço” para nos relacionarmos com a História nacional. Essa ligação entre passado e presente seria o elemento central para novas contribuições teóricas acerca do Brasil.

Cardoso (2013), também destaca a relevância desse grupo de “intérpretes”. No livro “Pensadores que inventaram o Brasil”, reitera que para novas “invenções” no contexto social que vivemos atualmente, o aprofundamento e reinterpretações dessas temáticas são necessárias. Delas resultou uma grande diversidade de “imagens” sobre o Brasil que acabaram por criar muitas perspectivas sobre a identidade nacional.

Por fim, Botelho (2010) reafirma a importância de se visitar autores como, Oliveira Vianna, Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Holanda, Freyre, entre outros. A reinterpretação deles seria fundamental para novas interpretações. Um dos intérpretes que contribui na discussão sobre o Brasil contemporâneo é Jessé Souza. Em “Ralé Brasileira”, apresenta duras críticas ao pensamento social clássico presente nas obras de Gilberto Freyre, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda. Procura, ao longo de

sua narrativa, desnaturalizar o conceito de identidade nacional brasileira tendo como proposta um novo olhar acerca do tema.

Já nos primeiros capítulos se atém à desconstrução do que chama de “mito da brasilidade”, por isso retoma discussões do século XIX e início do XX sobre a ideia de identidade nacional. Um dos primeiros passos para a consolidação deste conceito seria a ideia de identificação. Somos diferentes em relação aos estrangeiros, mesmo havendo distinções regionais dentro do Brasil, teríamos formas de nos identificarmos como brasileiros.

A nação terá que disponibilizar para as pessoas todo um ‘arsenal simbólico’ em ideias e imagens que tem que ser poderoso o bastante para se contrapor com sucesso não só em relação às lealdades locais, mas também em competição com os exemplos concorrentes dos “outros externos” (SOUZA, 2009, p.33).

Outra problematização bastante importante feita por Souza - e que tem relação com o que foi trabalhado anteriormente - é a noção de “internalização”. Para compreender a forma como o mito da brasilidade foi feito, segundo o autor, é necessário entender a importante dimensão da internalização dessas imagens e construções simbólicas sobre a nossa sociedade e a forma como pouco a pouco as temos como naturais ou parte de nosso cotidiano e imaginário.

Nesse trecho de sua obra, o pesquisador se aproxima de concepções presentes em Stuart Hall (2005), pois esse processo de internalizar a identidade nacional se dá, muitas vezes, por conta de uma narrativa histórica, identidade linguística, costumes compartilhados e origem religiosa das pessoas, com intuito de tentar produzir uma coesão social e, como diz Hall, uma “tradição inventada”.

O processo mencionado antes não apenas serviria para a consolidação de uma ideia de nação, como também influenciaria diretamente na nossa identificação individual. “Mas uma identidade nacional eficiente constrói as bases não apenas da solidariedade grupal dominante, mas também é uma fonte indispensável, em condições modernas, para a própria constituição da identidade individual de cada um de nós” (SOUZA, 2009, p. 34).

Ao mesmo tempo, para o autor essa narrativa simbólica atingiu o chamado senso comum, no período entre os anos 1930 e 1940. Freyre, ao tornar positivos valores antes negativos, como miscigenação, teria apenas feito uma inversão em sua análise e, portanto não se atentou às grandes diferenças sociais presentes no Brasil de sua época.

Essa “construção simbólica” teria sido apropriada pelo governo de Vargas, que necessitava fortalecer a integração nacional (opondo-se às oligarquias regionais) e para tanto, era necessária uma reformulação da imagem que o brasileiro tinha de sua nação.

As novas ideias de Freyre ganharam o mundo e conquistaram os corações e mentes das pessoas comuns ao se encontraram com o interesse do Estado reformista e interventor de Getúlio Vargas, uma ideologia positiva do brasileiro como energia simbólica para o esforço de integração nacional (SOUZA, 2009, p. 37).

O autor finaliza a parte inicial do livro elencando implicações desta apropriação no imaginário popular. Desnaturalizar esses conceitos se faz necessário. Ele destaca a dificuldade de parte da tradição do Pensamento Social Brasileiro, em trabalhar com a noção de conflito. Pois Souza (2009) aponta que o aprofundamento nas análises sobre conflito social poderia conduzir a um melhor entendimento de uma característica importante do Brasil, a profunda desigualdade social, muitas vezes negligenciada pelos autores “clássicos”.

Hoje em dia, o mito freyriano da identidade brasileira é parte da alma de todo brasileiro sem exceção, de todos nós que nos imaginamos com autocomplacência e com autoindulgência de quem diz: tudo bem, temos lá nossas mazelas, nossos problemas, mas nenhum povo é mais caloroso, simpático e sensual neste planeta. ‘Isso’, essa deliciosa ‘fantasia compensatória’, ninguém nos tira. (SOUZA, 2009, p. 39).

Jessé Souza sem dúvida traz contribuições importantes para a discussão sobre identidade. Nas partes subsequentes do livro também faz duras críticas a autores como Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Damatta e Raymundo Faoro, porque estes, também para Souza, não se aprofundaram na temática da desigualdade social, dando um grande peso às relações pessoais (cordialidade, no caso de Holanda) como forma de explicar o comportamento do brasileiro.

Essas interpretações trabalham com uma origem portuguesa e “personalista” e, para o escritor, pecariam ao não se aterem ao forte papel das instituições (Estado, escola entre outras) no desenvolvimento do que é ser brasileiro. Segundo eles, ambos os autores idealizam modelos sociais como o norte-americano onde a racionalização, burocracia e expansão do mercado supostamente teriam evitado que as relações sociais tomassem o caráter personalista como encontraríamos aqui no Brasil.

Souza (2009) destaca que as narrativas criadas pelos autores mencionados já não seriam mais suficientes para se compreender o País na contemporaneidade. De que forma o autor propõe uma nova representação do Brasil? No sexto capítulo do livro, ele descreve alguns pontos importantes para uma nova interpretação sobre o Brasil contemporâneo. Seria necessário de antemão desconstruir supostos laços de solidariedade social presentes na ideia de identidade nacional. Esses “laços” acabariam por reforçar a ideia de integração, na qual o compartilhamento de valores e símbolos faria com que todos se sentissem pertencentes a um mesmo país. O problema estaria na tentativa de se “ocultar” nossas diferenças de ordem econômica e social. Essa “construção simbólica” acabaria por “mascarar” conflitos sociais e profundas desigualdades presentes em nossa sociedade.

Araújo (2007) também discute a questão desses “laços” nacionais, porém num contexto de muitas incertezas de uma república que apenas estava começando. Os desafios de criar vínculos num país ainda muito marcado pelas diferenças regionais, baixa população e economia instável são fatores destacados na teoria de Alberto Torres. O segundo ponto importante, seria o cuidado em não tomar os “brasileiros” como algo natural, como se pertencessem a um grupo homogêneo e coeso, assim como a desconstrução de traços tipicamente brasileiros, características e modos de agir em nossas relações, que seriam únicos e exclusivos daqui, como por exemplo a ideia de “jeitinho brasileiro”.

Em seguida, a desconstrução do “mal de origem” proveniente de interpretações clássicas como as de Freyre e Holanda, porque davam grande peso à cultura portuguesa na explicação de alguns costumes e relações sociais presentes no Brasil do século XX. Ao condenar a origem colonial, correríamos o risco de deixar de lado o papel importante das relações sociais e das instituições na formação de nossas ideias e valores. Por fim, o autor destaca a tese central de sua publicação como um dos elementos chave para a compreensão do Brasil na atualidade, e também de inovação com relação à parte da intérpretes clássicos, os estudos sobre os cidadãos mais pobres do país.

O aspecto mais central e mais importante, por isso mesmo o mais reprimido e obscurecido pela visão superficial e enganosa dominante, é a ‘invisibilidade’ social, analítica e política do que chamamos provocativamente de ‘ralé’ estrutural brasileira (SOUZA, 2009, p. 122).

A tradição autoritária do Brasil é o tema central da livro de Simon Schwartzman, intitulado “Bases do Autoritarismo Brasileiro”. Nele constam algumas contribuições

sobre diferentes maneiras de se “retratar” a política nacional e de novas possibilidades de estudo sobre o tema.

A busca para um maior entendimento da relação entre Estado e Sociedade, é recente e se acentua nos últimos vinte e cinco anos. As “marcas” deixadas pelo Regime Militar recentemente, assim como uma maior abertura para se aprofundar no tema, por meio de novas contribuições analíticas que se desenvolveram nos últimos anos. O autor introduz uma divisão entre as principais regiões onde estaria concentrado a política nacional, esses diferentes núcleos representariam diferentes visões do país.

A experiência política vivida nos últimos anos confirma a tese de que o entendimento da vida política brasileira passa necessariamente pela análise das contradições entre o centro econômico e mais organizado da “sociedade civil”, no país, localizado em São Paulo e o núcleo de poder central, muito mais fixado no eixo Rio de Janeiro – Brasília. (SCHWARTZMAN, 2007, p. 35).

Teríamos nesse sentido, um Estado patrimonial, centralizador e de viés autoritário e, de outro lado, diferentes setores da sociedade que se desejam ser autônomos e que reivindicam maior descentralização. Essas fortes tendências, observadas pelo autor, indicariam algumas preferências de ordem ideológica, por parte dessas duas vertentes políticas. “Está em contraste entre as ideologias liberais de não-intervencionismo, privatismo, *laissez-faire*, e as necessidades iniludíveis de planejamento governamental e intervenção do Estado na vida econômica e social do país” (SCHWARTZMAN, 2007, p. 36).

A oposição liberal representaria uma oposição a esse modelo de Estado intervencionista e centralizador. Anseios por uma maior liberdade sobre a atividade econômica e restrições a práticas de intervenção estatal, na verdade poderiam ser confundidos como uma manutenção dos atuais privilégios econômicos. Em contraste, a outra visão poderia ser considerada como do intervencionismo exagerado por parte do Estado e suas autoridades, não havendo assim balizas para o controle da atuação dos que ocupam o poder, frente ao resto da população. Esta seria então uma expressão do autoritarismo.

Nesse sentido, o principal desafio dos Estados no contemporâneo, seja superar as bases “arcaicas”. Uma organização política permeada por valores antigos, conservadores e quase sempre ligada à ineficiência de seus serviços à sociedade. Podendo assim se transformar em mais eficientes, modernos e que promovam maior

justiça e desenvolvimento. E que, para ele, também não se aproxime de correntes liberais dos 1890, que pregaram por uma democracia que nunca saiu do papel.

A necessidade de superar as dificuldades do país passaria pelo abandono desse traço patrimonial pouco eficiente e autoritário, em benefício de uma maior modernidade, eficiência e maior transparência frente às pessoas. Da mesma maneira, um afastamento frente às correntes liberais que pregam o privatismo e que implementam políticas sociais. Sobre essas possíveis transformações destaca:

É necessário que as duas transformações se processem. O Estado necessita de novos, ativos e vigorosos interlocutores na sociedade para que possa efetivamente se modernizar e conduzir o país com plenitude; e a sociedade necessita de um Estado eficiente, capaz de desenvolver uma política social de interesse comum a longo prazo (SCHWARTZMAN, 2007, p. 38).

Suas proposições criariam “um novo pacto” entre Estado e sociedade frente ao que considera ser um fenômeno ainda marcante da política brasileira, o autoritarismo.

Bolívar Lamounier se dedica em um artigo a revisitar tópicos centrais da obra “Bases do Autoritarismo Brasileiro”. Destaca a difícil conjuntura política dos anos 1970 e 1980, momento no qual as primeiras edições do livro foram lançadas. Com o tratamento denso que analisa diversos períodos da história republicana do País, o livro teria como proposição central questionar as possibilidades do desenvolvimento da democracia, num contexto ainda profundamente marcado pelo autoritarismo.

Lamounier (2009) analisa o enorme poder do Estado em Schwartzman, capaz de criar grande interferência e regulação das atividades econômicas, sem contar, a capacidade rigorosa de gerir os assuntos de ordem administrativa e burocrática: “Com efeito, um Estado que não se deixa moldar pela sociedade; ao contrário, ele é que tem historicamente moldado no nascedouro os interesses, as formas de organização e não raro os partidos políticos e a composição dos legislativos” (LAMOUNIER, 2009, p. 56).

Assim, a tensão entre sociedade e Estado se configurou como um traço patrimonialista, resistente às transformações com características autoritárias diante de uma grande parcela população vivendo na pobreza. É por conta disso que o autor ressaltou tanto o papel de São Paulo na configuração política nacional: “A emergência de subsistema político nitidamente diferenciado do dominante no país na região economicamente mais moderna, a de São Paulo, é chave na análise de Simon Schwartzman” (LAMOUNIER, 2009, p. 56).

Devido ao importante papel da região no desenvolvimento da agricultura, à indústria impulsionando novas relações de trabalho, tudo isso formou um “terreno” para o surgimento de uma nova elite, autônoma do Estado. Porém todo o contexto paulista não foi suficiente para se “desgarrar” das amarras do patrimonialismo do poder central. A marginalização na esfera política de regiões menos desenvolvidas economicamente e da mais progressista foram aspectos centrais presentes no livro.

Lamounier (2009), além das proposições precedentes, salienta as características atribuídas ao âmbito político na obra.

Em *Bases do autoritarismo*, o Estado não é um mero ventríloquo da burguesia ou uma simples massa na qual a economia burguesa imprime sua forma e seus objetivos. É um setor diferenciado dentro da estrutura social, organizado em linhas burocráticas e capaz de considerável protagonismo regulatório e até empresarial. (LAMOUNIER, 2009, p. 57).

Por conta disso, na conjunção entre sociedade e Estado teríamos dois importantes fenômenos, a cooptação e a representação. No caso da cooptação, com a emergência de novos atores políticos e demandas sociais, o Estado, no exemplo, não atenderia às demandas. Ademais, seleciona os atores que deseja “cultivar” e “modelar” de acordo com seus interesses específicos. Na representação, ocorre a junção de diferentes demandas. Grupos políticos são criados e pressionam o Estado por essas modificações e anseios.

São Paulo constitui-se como um polo mais próximo do modelo “representativo”, enquanto os estados economicamente menos desenvolvidos e as duas capitais políticas – Rio de Janeiro e depois Brasília – sempre encarnaram à perfeição o sistema de “cooptação”, promovendo sustentação a um sistema político vertical e autoritário. (LAMOUNIER, 2009, p. 57).

Ao final, conclui com importantes contribuições de “Bases do autoritarismo brasileiro” para área de “pensar o país”. Ressalva, para os que desejam estudar a Democracia brasileira e suas transformações, que se deve ater às delimitações causadas pela experiência patrimonialista, bem como, à formação sócio-política de história colonial, tema bastante explorado por diferentes autores. Da mesma maneira, destacar o evento de expansão econômica de São Paulo, que não foi capaz de desatar destas estruturas apresentadas por Schwartzman.

Rocha (2014), em um recente artigo realiza uma análise minuciosa sobre os aspectos centrais de “Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e suas ideologias no século XX” de Bolívar Lamounier. O livro estaria centrado na articulação entre o liberalismo e o papel de atuação de alguns tipos de intelectuais. “Os três primeiros capítulos discutem, teórica e conceitualmente, as abordagens sobre o ‘intelectual’, sobre o liberalismo ou antiliberalismo, e como os papéis ocupados por aqueles atores (os intelectuais) têm reflexos além do plano das ideias” (ROCHA, 2014, p. 84). A parte final da publicação estaria destinada a abordagens sobre o Brasil, em especial a dois intelectuais colocados no embate teórico: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda.

Em seguida Rocha (2014) passa a descrever as características dos tipos de intelectuais que são utilizados na narrativa. Eles seriam não apenas aqueles que possuem títulos e educação formal, seriam pessoas capazes de desenvolver e aperfeiçoar o conhecimento que adquirem. Tampouco, seriam alguém ligado unicamente a ideologias. Para isso a constante revisão de suas opiniões e convicções seria um outro importante traço. Para Lamounier, o terceiro ponto seria adentrar na vida política, não ficando o intelectual restrito à vida científica ou cultural. A partir desses atributos, seriam criados no texto três tipos ideais, seguindo o modelo de Max Weber.

Seriam eles o profeta, o tribuno e o sacerdote. O profeta seria aquele intelectual visionário, capaz de dar uma mensagem “de salvação” e apontaria novas perspectivas a serem trilhadas. O tribuno seria o capaz de sacrificar seus recursos e prestígio em prol de uma pessoa ou grupo social, ameaçados por riscos proeminentes. O sacerdote através de seu grande conhecimento e em virtude de sabedoria, teria a capacidade de apontar de maneira justa os caminhos a serem trilhados.

A partir dessa classificação alguns questionamentos são realizados: “Não teria o intelectual desaparecido juntamente com a especialização crescente do conhecimento, já que tal fato solapa o primeiro postulado das características preñhes a alguém que se destacada por sua intelectualidade?” (ROCHA, p. 2014, p. 86).

Com estes questionamentos é que foi introduzido o conceito “mortes de intelectuais”. Seriam essas causadas por infortúnios de seu tempo. Acabam tendo uma visão romântica da sociedade ou, por fim, acabam presos aos seus livros e doutrinas sucumbindo a um idealismo, por exemplo. Essas poderiam ser as causas das mortes de seus três tipos ideais. Mas argumenta que a grande especialização do conhecimento, sofisticação da internet e novas tecnologias, a existência de regimes que não respeitem a liberdade intelectual seriam algumas das outras causas dessas “mortes”.

Além dessa temática, na obra de Lamounier é possível perceber as diferentes comunidades de intelectuais e as razões pelas quais são criadas e se perpetuam. A primeira delas corresponde aos *pensadores individuais*. São os que no passado possuíam uma formação humanística. Realizavam suas pesquisas e desenvolviam suas ideias de forma individual. Esse tipo ideal de comunidade, para o autor, praticamente não existiria mais.

Em segundo lugar, estariam as *intelligentsias*, comunidades que surgiriam num contexto liberal e compartilhariam identidades políticas e posições ideológicas. O exemplo nesse caso seria do grupo de intelectuais do nacional-desenvolvimentismo, como o ISEB da década de 1950. Por fim, *as comunidades acadêmicas centradas* marcadas pela sofisticação do trabalho científico desenvolvido e pelo rigor da experiência científica elaborada. O exemplo seriam os centros acadêmicos com as melhores notas de avaliação do ensino superior.

Passadas estas diferentes classificações, iremos nos ater a dois conceitos-chave que permeiam o texto e servem de referência aos capítulos sobre Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. Duas categorias são utilizadas para analisar os autores, o liberalismo e o antiliberalismo. “Desse modo, tratar do liberalismo significa tratar da democracia, ou melhor da democracia liberal/representativa. No seu inverso, tratar do antiliberalismo, tomando as experiências do século XX, significa remeter ao fascismo, marxismo e suas derivações” (ROCHA, 2014, p. 89).

Com essas categorias definidas, podemos analisar os capítulos finais desse livro e as discussões de dois “clássicos” do Pensamento Social Brasileiro. Para o autor, Oliveira Viana se enquadraria como intelectual sacerdote, com composições políticas antiliberais. Sérgio Buarque de Holanda seria o arquétipo de intelectual tribuno e influenciado pelo liberalismo. Rocha (2014) salienta que no restante dos capítulos são feitas breves considerações sobre as obras dos autores e a forma como contribuíram à formação intelectual do Brasil.

No segundo congresso analisado da SBS, Andrade; Cepêda; Deffacci, (2009) trabalham com a noção *intelligentsia*. No caso brasileiro esse grupo difuso de intelectuais foi incumbido de discutir os grandes temas norteadores da questão nacional, entre eles a modernização brasileira. No início do século passado temos a discussão sobre pobreza e subdesenvolvimento baseadas na grande diferença econômica entre os países ditos desenvolvidos e os subdesenvolvidos, este último como era classificado o Brasil.

São dessa fase os estudos de interpretação nacional ligados à nossa formação histórica, os quais propunham explicar as dimensões sociais, econômicas e culturais por meio dessas traços do passado. Oliveira Vianna, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda seriam alguns desses intelectuais. Num segundo momento, temos a mudança da postura dos intelectuais fortemente influenciados pelo nacional-desenvolvimentismo destaque para o ISEB. A preocupação com questão nacional e superação dos problemas causados pelo desenvolvimento tardio tornaram-se o centro dos debates.

Como vimos em “Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e suas ideologias no século XX”, Bolívar Lamounier propõe uma interpretação sobre a democracia brasileira a partir da relação dos intelectuais com a política. Em Swartzman, a problemática do autoritarismo, a tensão entre sociedade e Estado e os desdobramentos da democracia estiveram presentes.

Jessé Souza em “Ralé brasileira” coloca no centro da discussão a questão da desigualdade social. Ademais, realiza na primeira parte do livro, uma interessante desconstrução de autores como Gilberto Freyre, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque com ênfase às suas interpretações sobre o país e o tema da identidade nacional.

Marcos Nobre propõe uma diminuição da distância entre a produção acadêmica e o atuais debates políticos. Essa aproximação bem como a utilização de estudos cada vez mais multidisciplinares e sofisticados poderiam criar uma nova “arena” de debate sobre o País.

Bastos e Botelho (2010) e Fernando Henrique Cardoso (2013), defendem a importância dos ensaios e estudos “clássicos” como importante alicerce para o desenvolvimento do Pensamento Social brasileiro no século XXI.

Dos trabalhos apresentados na SBS entre 2007 e 2011, tivemos uma variedade de temas que abordaram a identidade nacional. Araújo (2007) faz uso de categorias de Alberto Torres para discutir noções de integração social e os desafios de construir elos de solidariedade num país tão diverso regionalmente. Pensamento cinematográfico e as discussões do nacional desenvolvimentismo estiveram presentes em Estevinho (2007). Além disso, pesquisas envolvendo literatura e Ciências Sociais foram uma tendência desse período. Interpretações sobre o país envolvendo autores como Antônio Cândido, Machado de Assis, Dias Gomes e Oswald de Andrade corresponderam a uma boa parte dos onze artigos analisados. As tensões entre identidade regional e nacional estiveram presentes. Oliveira (2007) e Chaguri (2011) analisam a construção de narrativas sobre o Nordeste, Rio Grande do Sul e Pernambuco, respectivamente, e a forma como entram em disputa como a noção de identidade nacional.

Os temas sobre modernização, subdesenvolvimento e nacional-desenvolvimentismo tiveram importante espaço nas discussões. Implicações sobre modernização tardia, dependência econômica e as discussões sobre nação nos 1950 e 1960 e o papel do ISEB foram recorrentes. Por fim, Rodrigues (2009) procura de forma comparativa analisar a construção da nação no Brasil e Venezuela desde os primeiros registros do século XVI até debates sobre modernidade no século XX.

Muitas são as propostas dos autores para as novas interpretações sobre o País e sobretudo o tema que permeia todas as principais narrativas, a identidade nacional brasileira. A construção e desconstrução desse tema foi o grande elo de toda a pesquisa e trouxe à discussão importantes contribuições de autores do século XIX ao início do XXI.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração do projeto de pesquisa, decidimos que iríamos trabalhar com o tema identidade nacional brasileira a partir das produções escritas apresentadas nos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia, o grupo de trabalho foi escolhido por contribuir para o debate a respeito da identidade nacional. Entre as dificuldades encontradas estão o recorte temporal que visava incluir os congressos de 2013 e 2015, mas as exposições não foram disponibilizadas no portal da instituição.

Por se tratar de uma discussão a partir de autores e instituições ligados ao Pensamento Social Brasileiro, a estrutura do trabalho foi dividida em quatro partes. No primeiro capítulo a ideia desconstruir a noção de identidade nacional a partir de uma bibliografia selecionada, a partir desse aprofundamento do tema foi que realizamos uma discussão nos âmbitos acadêmicos. Todo o processo de institucionalização das Ciências Sociais ao longo do século XX no Brasil foi determinante para se construísse uma grande arcabouço a respeito da questão nacional.

A partir dos dados coletados nos congressos SBS de 2007 a 2011, foi possível perceber que boa parte das discussões teóricas estão centradas no período anteriormente indicado. Os autores “clássicos” da área de pensamento social no Brasil são constantemente revisitados, em grande parte, em estudos que resgatam suas discussões ou obras centrais. Um fato interessante foi o crescente número de artigos que dialogam com diferentes áreas do conhecimento como: História, Cinema, Economia e Literatura.

Na introdução Schwarcz e Starling (2015) apontam algumas mudanças como ampliação de conquistas sociais, políticas de distribuição de renda e até mesmo as manifestações de junho 2013, todos assuntos não trabalhados no material analisado. A preferência por temáticas centradas na primeira metade do século passado, evidenciam determinada distância entre os estudos sobre identidade nacional e as discussões sobre o país na atualidade.

Sobre a parte final, a discussão sobre a identidade nacional no século XXI foi feita a partir de estudos publicados sobretudo entre os anos 2000 e 2010. Tenho certeza de que esse debate poderia ser ampliado a um número maior pesquisadores da área, bem como uma maior quantidade de *papers* não restringido ao onze encontrados na coleta de dados. Esse levantamento de dados poderia ser estendido à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e Associação Brasileira de Antropologia (ABA), para um maior aprofundamento com intuito de descobrir o que mais recente tem sido produzido

em relação ao Pensamento Social Brasileiro. O diálogo com diferentes grupos de trabalho poderia proporcionar uma maior aproximação com algumas das transformações nacionais apontadas por Schwarcz e Starling (2015).

Em relação às conclusões da pesquisa procurei realizar breves debates ao longo de todos capítulos, portanto a desconstrução e construção da identidade nacional são realizadas ao longo de todo texto. O “eterno” retorno a esse tema, bem como as novas contribuições realizadas nos últimos quinze anos, apontam uma grande “arena de contestação”, muito mais centrada no passado das interpretações do país do que nos desafios do Brasil do novo milênio.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maurício Maia. **Nação e subjetividade na recepção crítica das obras de Machado de Assis por seus contemporâneos**. Artigo publicado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia – 2009. Disponível em: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=219&Itemid=171>, Acessado em 01 de fevereiro de 2016.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

ANDRADE, T.N. de; CEPÊDA, V.A.; DEFFACCI, F.A. **Funções políticas da *intelligentsia* – desenvolvimento, democracia e projetos nacionais**. Artigo publicado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia – 2009. Disponível em: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=219&Itemid=171>, Acessado em 01 de fevereiro de 2016.

ARAÚJO, Gisele Silva. **Particularismo e Universalismo: Alberto Torres, multiplicidades e patriotismo**. Artigo publicado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=146&Itemid=171>, Acessado em 30 de janeiro de 2016.

BARTOLETTI, Vitor. **Identidade brasileira e Formação**. In: filosofia: ciência & vida, Ano VIII n. 105, 2014.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. **Horizontes das Ciências Sociais: Pensamento Social Brasileiro**. In: Horizontes das Ciências Sociais: Sociologia. São Paulo, ANPOCS, 2010.

BOTELHO, André. **Passado e futuro das interpretações do país**. Artigo publicado na revista Tempo Social – 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v22n1/v22n1a03.pdf>>, Acessado em 05 janeiro de 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

CASTRO, Ronaldo Oliveira de. **A areia e a rocha: Antônio Cândido diante de duas tradições do pensamento social brasileiro**. Artigo publicado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=146&Itemid=171>, Acessado em 30 de janeiro de 2016.

CEPÊDA, Vera Alves. **O problema do moderno no pensamento de Roberto Simonsen: crítica ao liberalismo e a questão nacional**. Artigo publicado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia – 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=189&Itemid=171>, Acessado em 02 de fevereiro de 2016.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. **Entre a nação e a região: produção, circulação e efeito político das ideias**. Artigo publicado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia – 2011. Disponível em:
<www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=189&Itemid=171>, Acessado em 02 de fevereiro de 2016.

ESTEVINHO, Telmo Antonio Dinelli. **As interfaces da Revolução Brasileira: o nacionalismo do ISEB e o pensamento cinematográfico**. Artigo publicado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – 2007. Disponível em:
<:www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=146&Itemid=171>, Acessado em 30 de janeiro de 2016.

GUIMARÃES, Thiago. **Brasileiro despreza identidade latina, mas quer liderança regional, aponta pesquisa**. Artigo publicado na BBC Brasil – Dezembro de 2015. Disponível em:
<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_brasil_latinos_tg?ocid=socialflow_facebook>, Acessado em 30 dezembro de 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LAMOUNIER, Bolívar. **Bases do autoritarismo revisitado: diálogo com Simon Schwartzman sobre o futuro da democracia brasileira**. Artigo publicado em O Sociólogo e as políticas públicas: Ensaios em homenagem a Simon Schwartzman – 2009. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/fest2_bolivar.pdf>, Acessado em 27 de janeiro de 2016.

MEDEIROS, Ana Maria de. **O Pensamento Social de Dias Gomes sob a perspectiva da História intelectual**. Artigo publicado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia – 2011. Disponível em:
<www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=189&Itemid=171>, Acessado em 02 de fevereiro de 2016.

MICK, Jacques. **Pensamento social brasileiro e as mudanças sociais do Brasil no início do século 21: um balanço, uma crítica**. Florianópolis, 2013. 12 f. (Texto apresentado na XIII Semana Acadêmica de Estudantes de Ciências Sociais da UFSC).

NOBRE, Marcos. **O que significa “Pensar o País”?** Artigo publicado na revista Novos Estudos CEBRAP – Nov. 2014. Disponível em:
<<http://novosestudos.uol.com.br/v1/contents/view/1577>>, Acessado em 30 de maio de 2015.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A invenção do Nordeste e do Nordestino**. Artigo publicado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – 2007. Disponível em:
<:www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=146&Itemid=171>, Acessado em 30 de janeiro de 2016.

ORTIZ, Renato. **Imagens do Brasil**. Artigo publicado na Revista Sociedade e Estado – Outubro de 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a08v28n3.pdf> > Acessado em 03 de janeiro de 2016.

PENA, Rodolfo Alves. **Estado, Nação e Governo**. Artigo publicado no site Brasil escola – 2013. Disponível em: <<http://www.brasile scola.com/geografia/estado-nacao-governo.htm>>, Acessado 18 de novembro de 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

ROCHA, Roberto Oliveira. **Tribunos, Profetas e Sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX**. Artigo publicado na revista Em Debate – Outubro de 2014. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/8-Outubro-14-RESENHA-Roberto-Oliveira-REV.pdf>>, Acessado em 28 de janeiro de 2016.

RODRIGUES, Francieli dos Santos. **A construção da nação e da identidade nacional no pensamento social brasileiro e venezuelano**. Artigo publicado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia – 2009. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=219&Itemid=171>, Acessado em 01 de fevereiro de 2016.

SAFATLE, Vladimir. **O povo brasileiro não existe**. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo – Outubro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2014/10/1539370-o-povo-brasileiro-nao-existe.shtml>>, Acessado em 25 de outubro de 2014.

SALLES, Christian Bruno Alves. **O caos preclaro: identidade nacional e resistência simbólica na antropofagia oswaldiana**. Artigo publicado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia – 2011. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=189&Itemid=171>, Acessado em 02 de fevereiro de 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Anais dos Congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171>, Acessado em 20 de janeiro de 2016.

História da Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/home/index.php?formulario=asociedade&metodo=0&id=1>>, Acessado em 15 de janeiro de 2016.